

ERPED 2022 E VI SIP-PPGDG TRABALHOS APROVADOS

GT 1: Pesquisas Empíricas Qualitativas em Direito

Autor(a)	Título
Dia 04/11/22 (14h):	
ARIANE PATRÍCIA GONÇALVES	Empecilhos e resistências à aplicação da Lei Maria da Penha
Ícaro Melo dos Santos	A política de drogas e o habeas corpus no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás: uma análise das decisões durante a pandemia de 2020 a 2021
GUILHERME VICENTE DE OLIVEIRA	Direito Penal Consensual: Caminho para Efetividade? Políticas Públicas e Criminais no MPGO após o advento da Lei 13964/2019
GABRIELA PORTO MACHADO BABILÔNIA	GABINETE DE ARTICULAÇÃO MUNICIPAL COMO INSTRUMENTO DE RESSOCIALIZAÇÃO DO AGRESSOR DOMÉSTICO: uma análise da violência doméstica e familiar e da falibilidade das ações judiciais criminais.
Graziella Barros Azevedo Rodrigues	Educação Escolar e Atos Infracionais: um estudo com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto no município de Senador Canedo
Dia 05/11/22 (9h):	
DYEIRE NAYARA GARCIA MANJELA LEÃO	Inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho: da articulação de políticas públicas pelo Ministério Público do Trabalho à contratação de empresas privadas.
CAMILA MORAIS AZEVEDO	APLICAÇÃO DA LEI Nº 13.655/2018 COMO MECANISMO DE LEGITIMAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES TÉCNICAS DO TCE/GO
JOÃO PAULO LÂNDIM MACÊDO	QUEM AVISA, AMIGO É? O ALERTA NA DINÂMICA DO CONTROLE EXTERNO: MODELAGEM CONCEITUAL E PERFIL DE UTILIZAÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
MARCIA OLIVEIRA ALVES DA MOTA	FINANCIAMENTO, INCENTIVOS E EXECUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA CLIMÁTICA GOIANA. A PROTEÇÃO DO CERRADO E O ACORDO DE PARIS
PAULO ANDRÉ TEIXEIRA HURBANO	Contratações emergenciais no combate à Pandemia do Coronavírus e a vantajosidade nas contratações públicas celebradas na Secretaria de Estado de Saúde de Goiás
RAFAELLO BOSCHI ISAAC	Pesquisa-ação no Núcleo de Mediação para pessoas idosas, do Ministério Público do Estado de Goiás

ERPED 2022 E VI SIP-PPGDG TRABALHOS APROVADOS

GT 2: Pesquisas Empíricas Quantitativas em Direito

Autor (a)	Título
Dia 04/11/22 (14h):	
ANTÔNIO MILLER LOPES GERMANO	ENCARCERAMENTO NA PANDEMIA: ESTUDO DA APLICAÇÃO DA RECOMENDAÇÃO N 62 DO CNJ PELA VARA DE CUSTÓDIA DA COMARCA DE GOIANIA
CAROLINA PYLES BARROSO	EFEITOS PÓS PANDEMIA DA COVID-19 NO EMPREGO E NA RENDA DE MULHERES NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: PARTICIPAÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO
FABIANA SANTOS MILHOMEM	PANDEMIA DA COVID-19 E AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA: Uma análise da excepcionalidade de ordens de prisão preventiva diante da recomendação nº 62/2020 do CNJ, na Vara de Custódia da Comarca de Goiânia/GO
MURYEL HEY	ANALISE DAS TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS E SEUS EFEITOS NAS FINANÇAS PUBLICAS DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE GOIAS
PAULO WANDERSON MOREIRA MARTINS	PACTO FEDERATIVO EM TEMPOS DE PANDEMIA: COMO GARANTIR A SUA EFETIVIDADE ANTE A INÉRCIA DA UNIÃO?
Dia 05/11/22 (9h):	
Nathália Rodrigues de Oliveira Souza Domingues	Estatísticas de Homicídios, Prisões e Letalidade Policial: Políticas Públicas de Segurança no Estado de Goiás de Março/2019 a Março/2022
FELIPE OLTRAMARI	Controle Externo da Atividade Policial: desconcentração da função persecutória-investigativa no âmbito do Ministério Público e sua (in)efetividade
RAFAEL CORREA COSTA	POLÍTICA PÚBLICA DO PODER JUDICIÁRIO E TUTELA DO DIREITO FUNDAMENTAL À BOA ADMINISTRAÇÃO: EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS METAS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA PARA JULGAMENTO DAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM GOIÁS
THAYSSA ESCHER MENDES AZEVÊDO CYRÍACO	É possível conciliação administrativa ambiental em Goiânia? Perspectivas para a implantação de uma política pública a partir de um estudo de caso

VICTOR HUGO RODRIGUES DA SILVA

PODER JUDICIÁRIO E ATIVISMO JUDICIAL: ANÁLISE
DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO JUDICIÁRIO
GOIANO NOS HABEAS CORPUS IMPETRADOS EM
RAZÃO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO ANO DE 2020
À LUZ DA RECOMENDAÇÃO Nº 62 DO CNJ